AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

**Súmula de Audiência Pública**

 Súmula da Audiência Pública n° 7/2019

Consulta Pública sobre minuta de resolução que tratará dos critérios para individualização das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para comercialização de combustíveis, aplicáveis a todos os distribuidores de combustíveis, de que trata o art. 7° da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017.

1. **Data, horário e local da realização**

A Audiência Pública foi realizada no dia 16 de abril de 2019, com abertura da sessão pelo Presidente da Audiência da ANP às 14h30min, no Auditório da ANP, situado na Avenida Rio Branco, 65, 13º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

1. **Composição da mesa**

A mesa da Audiência foi composta pelos seguintes membros:

* Sr. Aurélio Cesar Nogueira Amaral, diretor da ANP;
* Sr. Carlos Orlando Enrique da Silva, Superintendente de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos e Presidente da Audiência Pública;
* Sr. Henrique Pasquinelli Castello de A. Oliveira, procurador federal;
* Sra. Joana Borges da Rosa, especialista em regulação e secretária da Audiência Pública.

1. **Expositores inscritos**

Previamente à Audiência Pública, houve a inscrição dos expositores listados na Tabela 1.

**Tabela 1:** Lista de expositores previamente inscritos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|   | **Expositor** | **Instituição** |
| 1 | Leandro de Barros Silva | Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência - Plural |
| 2 | Antonio Ventilli | Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil - Aprobio |
| 3 | Iara Andrade Schimmelpfeng | Petrobahia S.A. |
| 4 | Luciano Rodrigues | União da Indústria de Cana de Açúcar - UNICA |
| 5 | André Luiz Baptista Lins Rocha | Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás - SIFAEG |

1. **Consolidação do número total de participantes, identificados por tipo.**

Estiveram presentes à Audiência Pública 46 participantes, sendo 17 agentes econômicos, 11 representantes de órgãos de classe ou associação, 1 membro da imprensa, 16 representantes da ANP e 1 representante de outras instituições governamentais. O registro de presença dos participantes encontra-se no documento SEI [0222969](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=249292&id_procedimento_atual=139643&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000125&infra_hash=0203dbf88a551c6737e0be64c58176b41061816c29b1a43c6f2468c5a3f8d714).

1. **Análise das sugestões apresentadas nas exposições.**

Previamente à Audiência Pública, foi realizado o processo de Consulta Pública durante o período de 6 de março a 4 de abril de 2019, para apresentação de sugestões por parte da sociedade, conforme Aviso publicado no Diário Oficial da União.

As críticas e sugestões recebidas durante o período de Consulta Pública encontram-se no documento SEI [0222958](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=249281&id_procedimento_atual=139643&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000125&infra_hash=2bbfe9d7430e1e0cf446aa672dc197d088e125271286e476556d523f827fe7bd). Será anexado ao processo nota técnica elaborada pela área responsável pela condução do assunto, contendo análise das sugestões recebidas durante o período de Consulta Pública, bem como os provenientes da Audiência Pública.

1. **Registro da Audiência Pública**
	1. A Audiência foi aberta às 14h30min pelo Presidente da Audiência, que cumprimentou os presentes, apresentou os membros da mesa e informou que o diretor Aurélio se atrasaria um pouco, visto estar chegando de compromisso realizado em São Paulo na manhã do mesmo dia.
	2. Em seguida, o Presidente apresentou os procedimentos da Audiência Pública ressaltando que a Audiência estava sendo gravada e que o áudio seria transcrito e anexado ao processo administrativo correspondente. Em seguida, lembrou os presentes da cronologia do desenvolvimento da minuta de resolução mencionando que o assunto esteve em Consulta Pública dos dias 6/03/2019 a 4/04/2019 e ressalvando que diferentemente de outras Audiências Públicas realizadas pela ANP, em que não havia necessariamente um prazo de publicação, para essa minuta há prazo estabelecido no Decreto n° 9.308/2018.
	3. O Presidente interrompeu os procedimentos iniciais, para ceder a palavra ao diretor Aurélio Amaral que recém-ingressava no auditório.
	4. O diretor Aurélio cumprimentou os presentes e desculpou-se por seu atraso, bem como pela interrupção dos procedimentos da Audiência. Explicou que esteve naquela manhã em São Paulo, em um debate que foi importante, visto estarmos vivendo  momento de muita discussão sobre formação de preço e sobre o mercado de combustíveis, dado ser um setor fundamental para a economia do país, não só o *downstream*, mas também a parte de exploração. Comentou que o Brasil vive momento importante com a descoberta do pré-sal e que isso desperta as discussões, especialmente no que diz respeito ao que o país precisa fazer para aumentar a competitividade e o suprimento de combustível. Mencionou que temos um grande desafio nos próximos anos, pois o país não tem refino suficiente para suprir a demanda por combustíveis. E que o RenovaBio vem na esteira dessa discussão; vem neste momento como uma alternativa dos biocombustíveis, num olhar de longo prazo. Disse que, com Lei 13.576/2017, o Brasil criou um dos mais interessantes e belos programas, com olhar de longo prazo para a preparação da mudança de matriz energética, e que o RenovaBio traz previsibilidade, estimulando a produção de biocombustível e premiando as externalidades positivas dos biocombustíveis, em especial de sua mitigação aos efeitos de emissões de gases do efeito estufa.
	5. Em seguida, citou as atribuições recebidas pela ANP através do Decreto 9.308/2018 e o prazo de até 01 de julho para publicar a Resolução. Citou, então, o RenovaBio Itinerante e o esforço da ANP em divulgar a política e os requisitos de certificação para todos os produtores de biocombustível do país. Mencionou que já existem duas firmas inspetoras credenciadas na ANP e outras que pediram credenciamento, bem como produtores de biocombustíveis que já contrataram as firmas inspetoras para a certificação. Terminou falando sobre a regulação, a cargo do MME, da emissão financeira do CBIO e que a ANP está trabalhando no desenvolvimento de uma plataforma digital que vai receber as informações da RenovaCalc, da certificação e das notas fiscais dos produtores para chancelar a emissão do CBIO. Explicou brevemente a importância de tal plataforma para dar credibilidade às informações e ao programa, que a ANP e o MME estão em fase de tratativas iniciais com o SERPRO para o desenvolvimento de tal plataforma, uma vez que tal órgão já é responsável pela gestão de informações da Receita Federal. A proposta seria de contratação do SERPRO pela ANP para desenvolvimento dessa plataforma, que seria especificada e de propriedade da ANP, mas operada pelo SERPRO, e em que o custeamento seria pago pelos emissores de CBIO a cada operação. Essa proposta ainda precisa ser analisada internamente pela Procuradoria Federal e pela Diretoria Colegiada.
	6. Passou a palavra, então, para o Superintendente Carlos Orlando Enrique da Silva que cumprimentou as pessoas presentes no Ministério de Minas e Energia, em Brasília, que acompanharam a Audiência Pública por videoconferência. Seguiu fazendo resumo sobre os agentes que se manifestaram na Consulta Pública, bem como sobre a natureza das sugestões, comentários e críticas recebidos. Ressaltou que aquelas sugestões que não tem convergência com a dimensão legal, lamentavelmente não poderiam ser atendidas, mesmo que fossem boas recomendações ou contribuições, visto ser a ANP um órgão que emite atos infralegais estando subordinada às leis que nos regem.
	7. Em seguida, repetiu as palavras do Aurélio sobre as atribuições da ANP dadas pelo Decreto 9.308/2018 e o andamento das atividades desenvolvidas pela ANP em relação à Certificação de Biocombustíveis. Continuou a apresentação mostrando esquematicamente o funcionamento do RenovaBio, ressaltando que estamos na parte intermediária do esquema que trata da individualização das metas compulsórias de gases de efeito estufa. Ressaltou que a lei usa um pronome definido plural: todas as distribuidoras. Desse modo, afirmou não haver como considerar apenas um conjunto de distribuidoras e desconsiderar outro. Na sequência, explicou o terceiro módulo do RenovaBio frisando estar a cargo do Ministério e que este vem se empenhando com afinco para que dentro dos prazos legais tenhamos todo o conjunto devidamente equacionado, definido e em modo de operação. Também citou a plataforma digital cujo desenvolvimento a ANP está negociando com o SERPRO, de modo a dar credibilidade ao CBIO. Explicou, brevemente, o conceito do funcionamento de tal sistema informatizado para recepção, validação das notas fiscais eletrônicas, validação das transações comerciais elegíveis à emissão de CBIO, e emissão de lastro. Esclareceu, também, que será necessária a elaboração de um contrato entre o SERPRO e a ANP e a publicação de resoluções que estabeleçam as regras do sistema e de remuneração do SERPRO. Tal resolução deverá ser objeto de Consulta e Audiência Públicas da ANP por afetar agentes econômicos.
	8. Tendo terminado sua apresentação, passou a palavra para a Sra. Joana Rosa discorrer sobre a minuta de resolução que esteve em Consulta Pública.
	9. Seguiu-se, então, a apresentação ministrada pela Secretária, que expôs os principais aspectos da Resolução e as justificativas para a inclusão de cada um dos itens. Explicou detalhadamente como será realizado o cálculo da participação de mercados dos distribuidores de combustíveis, bem como as datas previstas para publicação das metas e a fonte dos dados utilizados. Ressaltou, especialmente, os itens da Lei 13.576/2017, do Decreto 9.308/2018 e da Resolução CNPE 5/2018 que limitam o espectro de regulação da ANP. Em relação às metas do ano de 2019, frisou que a ANP já encaminhou questionamento ao Ministério de Minas e Energia sobre a meta anual a ser utilizada para o cálculo de individualização, assim como sobre a vigência da meta neste ano, mas ressaltou que a ANP irá cumprir o prazo determinado no Decreto 9.308/2018 para publicação das metas para 2019.
	10. Tendo terminada a apresentação da Secretária da Audiência, o Presidente prestou alguns esclarecimentos antes de chamar o primeiro inscrito para exposição. Ressaltou que o mesmo cuidado que a ANP tem tido para dar credibilidade às notas fiscais dos produtores que ingressam no RenovaBio, está tendo, também, com os dados de comercialização do distribuidor de combustíveis, uma vez que é essencial que o *market share* que define quanto cada um deverá adquirir de CBIO tenha dados em notas fiscais idôneas. Assim, ao invés de recorrer à Receita Federal, será utilizada a prerrogativa da Lei 10.866/2004, que trata da partilha da CIDE entre estados e Distrito Federal e municípios. Afirmou acreditar que os dados que chegam no TCU e por ele são auditados, recebem a mesma credibilidade que terão as notas fiscais dos produtores quando elas passarem pelo crivo da Receita Federal. O segundo esclarecimento diz respeito às penalidades previstas na minuta de resolução ao que invocar a Lei de Penalidades da ANP, Lei 9.847/99.
	11. Em seguida, passou-se para exposição do tema pelos previamente inscritos.
	12. O primeiro expositor foi o Sr. Leandro de Barros Silva, representando a Plural que cumprimentou os presentes e mencionou que o assunto é bastante importante para a Plural em relação à dinâmica, ao funcionamento e à operação do RenovaBio. Explicou que alguns pontos foram levantados para a consulta pública para que sirvam de aprofundamento, sabendo que alguns itens discutidos esbarram na permissão legal, mas que merecem ajuste em alguma parte e por isso haviam sido trazidos para a discussão.
	13. O primeiro ponto levantado foi relativo à preocupação com a falta de regulamentação sobre as regras de comercialização do CBIO e todo o aspecto financeiro do RenovaBio, pois em seu entendimento esse ponto é fundamental para conseguirem ter uma visão mais ampla, visto que também afetam algumas regras da minuta de resolução ora discutida. Apresentou, então, algumas considerações sobre os princípios do RenovaBio que, desde seu ponto de vista, já forneceriam abertura para alguns ajustes em termos de modificação de metas. Em seguida, fez propostas sobre a inclusão de uma sessão de definições na minuta de resolução e de referências para massa específica e para intensidade de carbono dos combustíveis fósseis. Discorreu sobre a preocupação de desequilíbrio concorrencial gerado por distribuidores que não tenham operado ou não tenham vendido combustíveis fósseis no ano anterior e chegarão no início do ano seguinte sem meta, bem como daqueles que deixam de operar ao longo do ano. Pontuou algumas questões sobre os mecanismos preparados pela agência para a fiscalização das informações, especialmente destacando grande preocupação relativa aos dados provenientes do SIMP, que são declaratórios. Também apresentou considerações sobre o artigo 8° da minuta de resolução destacando que seria importante especificar com maior clareza quais informações serão realmente encaminhadas por cada agente, em qual formato, com qual periodicidade e os mecanismos de rastreabilidade desse processo. Mencionou, ainda, sugestão sobre registrar na resolução o tratamento de exclusão em relação à comercialização de volumes entre distribuidores, bem como os volumes de exportação. Outro ponto de atenção descrito foi sobre a inclusão de mecanismo de redução das metas das distribuidoras decorrentes de ganhos logísticos que gerem redução de emissão. Para finalizar, ressaltou, novamente, a discussão sobre o funcionamento da comercialização dos CBIOs e sobre os mecanismos de controle que trarão segurança jurídica para quem opera nesse mercado.
	14. Na sequência das exposições, o Sr. Carlos Orlando E. da Silva convidou o sr. Antonio Ventilii, representante da Aprobio, para realizar sua apresentação.
	15. O Sr. Ventilii cumprimentou os presentes e disse que a apresentação realizada pela SBQ na Audiência Pública ajudou a esclarecer algumas dúvidas que haviam surgido ao ler a minuta de resolução, como, por exemplo, referentes ao consumo de GNV e de biometano. Mencionou, então, sugestão da Aprobio em relação a uma definição sobre “escala comercial”. Citou também outras sugestões encaminhadas pela Associação que foram feitas como forma de esclarecer dúvidas que surgiram durante a leitura da minuta de resolução, como por exemplo a inclusão de “combustível fóssil” em alguns locais, a explicitação de uma fórmula de cálculo para cada uma das misturas (B11, B15, B20, gasolina comum e premium etc.). Por fim, citou sugestões relativas à revisão da redação com o objetivo de torná-la mais clara e simples, de modo a não dar margem a dupla interpretação.
	16. A terceira expositora foi a Sra. Iara Andrade, presidente da PetroBahia. Enfatizou que iria reprisar alguns conceitos que a seu ver não foram atendidos na ótica, principalmente, do consumidor. Relembrou, então, os objetivos da política, dizendo que seria a redução da emissão de CO2, mas que ainda haveria uma grande margem da distribuidora em cima do CBIO e que os valores relacionados à comercialização de CBIO ainda não são claros. Posicionou-se a favor do RenovaBio desde que a política garanta a redução de emissões. Discorreu, então, que o consumidor no caso do diesel não pode optar por outro produto sendo a adição do biocombustível compulsória e questionou se, nesse caso, o diesel se enquadraria como não tendo biocombustível substituto, visto que se o consumidor não consegue migrar para o biocombustível, de modo que não há efetiva redução de emissões de CO2. Provocou, em seguida, uma discussão de que o país terminou de subsidiar o diesel por meses e questionou se haveria espaço na conjuntura atual para o aumento do custo do diesel, especialmente considerando o horizonte de aumento de preços e o fato de ainda não existirem CBIOs disponíveis no mercado. Em continuidade, comentou que é importante buscar mecanismos de verificação da eficácia da política, para avaliar se a ação escolhida conseguiu converter o consumo. Pontuou sobre a conjuntura tributária do país, e afirmou que estados pobres estariam arcando com o CBIO sem conseguir se beneficiar da matriz. Convidou os presentes, então, a pensar diferente, considerando os riscos envolvidos sejam eles climáticos, políticos, econômicos, a escassez de matéria-prima, e o desenvolvimento do combustível substituto, de modo a equilibrarmos a matriz energética no médio e longo prazos. Enfatizou que é preciso reduzir as emissões de CO2, termos uma matriz equilibrada, apoiar os produtores de biocombustíveis, incentivar o consumo sem distorcer o mercado, mas sem criar mais obrigações que encareçam o produto e a máquina pública para fiscalização. Citou, também, que é preciso clarificar o impacto na receita para os governos estaduais, visto que atualmente a distância entre a tributação da gasolina e do etanol hidratado é o que efetivamente define se o consumidor vai adquirir etanol ou gasolina. Mencionou que é preciso deixar transparente o quanto iremos subsidiar o biocombustível e que é necessário fazer essa conta. Destacou que estamos tratando das metas das distribuidoras para aquisição de CBIO, mas não está claro quanto efetivamente queremos migrar da matriz para o biocombustível. Concluiu dizendo que é preciso termos uma política nacional de biocombustíveis que incentive a concorrência intensa e saudável, que é preciso realizar estudo de impacto regulatório, e que ainda há muitos questionamentos abertos, que esse processo ainda está em construção, e que devido à data prevista na lei estamos empurrando todo o resto, mas não se sabe exatamente aonde isso vai parar.
	17. Dando continuidade às exposições, o Presidente da Audiência cedeu a palavra ao Sr. Luciano Rodrigues, representante da UNICA, que iniciou cumprimentando os presentes e parabenizando a ANP por mais esse passo na regulamentação do Renovabio e pelo cumprimento integral pela Agência do cronograma estabelecido no arcabouço legal. Ressaltou que não seriam apresentados nenhum tipo de questionamento em relação à lógica e aos critérios já estabelecidos pelo marco legal, mas que a UNICA buscou se concentrar especificamente no objeto principal da resolução e em contribuições que estabeleçam condições para que o cumprimento das metas de fato aconteça, garantindo o funcionamento do programa, e sem criar nenhum tipo de distorção. Foram apresentados apenas dois slides em destaque em relação às contribuições enviadas na Consulta Pública. O primeiro, mostrava sugestões já apresentadas por outros agentes, tais como a inclusão de definição de escala comercial, alguns ajustes de forma, melhorias de redação e melhorias nas fórmulas de modo a evitar dubiedade. O segundo slide tratou sobre as penalidades previstas pelo descumprimento da meta individual. O sr. Luciano mencionou que a minuta de resolução estabelece de forma muito clara e assertiva que o pagamento da multa não desobriga o cumprimento da compra de CBiOs; destacou sugestão para inclusão de alguns elementos que esclarecem a possibilidade de que 15% de CBIOs das metas sejam adquiridos no ano seguinte, de parágrafo explicativo sobre como a vantagem auferida pelo distribuidor será calculada, dentre outras sugestões de ajustes de redação. Por fim, sugeriu dispositivo adicionalmente para que o Ministério Público seja notificado em caso de não cumprimento da meta, para que ele possa apurar se isso de fato configuraria a infração ambiental nos termos do artigo 70 da Lei 9.605/98, que é a legislação que estabelece os crimes ambientais.
	18. Dando sequência à Audiência Pública, o Presidente convidou o Sr. André Luiz Batista, representante do SIFAEG para sua exposição, contudo o mesmo não estava presente.
	19. Em continuidade, o Presidente facultou a palavra a quem quisesse utilizar-se, inclusive àqueles que estavam presentes no Ministério de Minas e Energia assistindo a Audiência por videoconferência. Como ninguém se manifestou, teceu alguns comentários finais.
	20. Em relação à posição do Sr. Leandro Silva sobre a fiscalização do cumprimento das metas, esclareceu que a expectativa da ANP é que a informação provenha da instituição financeira diretamente e que possivelmente o sistema mostrado anteriormente, que vem sendo negociado com o SERPRO, receberá essa informação. No que diz respeito à credibilidade da nota fiscal, concordou com o expositor quando aquele afirmou que os dados do SIMP são declaratórios, mas afirmou que a ANP confia nos dados uma vez que os mesmos são encaminhados desde 2005 ao TCU e que passam também por fiscalização dos estados, uma vez que, caso o consumo informado seja distorcido, o estado pode ter prejuízo.
	21. Sobre as colocações da sra. Iara Andrade, disse que o RenovaBio é um projeto consubstanciado na lei, em construção e que existe o Comitê RenovaBio responsável por avaliar as questões que forem surgindo que escapem da alçada legal da Agência. Explicou que a efetiva redução das emissões de gases causadores de efeito estufa será vistaa a seu tempo, mas que não é possível que programa dessa envergadura seja lançado com tudo pronto.
	22. Para encerrar a Audiência, o diretor Aurélio Amaral fez suas considerações finais. Ressaltou a importância e relevância do RenovaBio e afirmou que o próprio processo de regulação é dinâmico de modo que não havia pretensão inicial em um programa completamente acabado. Disse que a avaliação de impacto regulatório passou a ser praticamente obrigatória para emissão de resoluções na ANP, entretanto, explicou que esse não é o caso do RenovaBio, porque estamos regulamentando uma lei, uma política pública já imposta. Mencionou entender que toda nova política provoca efeitos colaterais e traz uma carga de custo, mas que isso é o normal. Citou que o RenovaBio acarretará uma mudança da matriz energética no longo prazo e que o próprio módulo de fixação das metas feito pelo CNPE é a grande modulação da intensidade do programa, inclusive para efeitos de preço e para eventuais ajustes. Terminou dizendo que a ANP está fazendo um grande esforço em cumprir suas atribuições dentro do prazo e agradeceu a equipe da Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos pelo trabalho desenvolvido.
	23. Em seguida às considerações finais do diretor Aurélio Amaral, o Presidente deu por encerrada a Audiência.
	24. A transcrição na íntegra desta Audiência Pública encontra-se nos autos do processo.

1. **Documentos de Referência**
* Apresentação realizada pelo Presidente da Audiência Pública 7/2019 - Documento SEI n° [0223738](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=250164&id_procedimento_atual=139643&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000125&infra_hash=163f73a5b5a13ddf53eec570cdb998abcfa87c21600680e0ced7d0966a299dfb)
* Apresentação realizada pela Secretária da Audiência Pública 7/2019 - Documento SEI n° [0223742](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=250168&id_procedimento_atual=139643&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000125&infra_hash=fe1d6c17e71bc3645242b0c51771220004787cf7a41f82e01b584cd7aad3f041)
* Apresentação realizada pela Aprobio durante Audiência Pública 7/2019 - Documento SEI n° [0223744](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=250171&id_procedimento_atual=139643&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000125&infra_hash=2b283b0a97111418e9c0f441f8ca0360fe3a482b24f6a0cbe0213c2dccf8f2e6)
* Apresentação realizada pela Petrobahia durante Audiência Pública 7/2019 - Documento SEI n° [0224044](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=250495&id_procedimento_atual=139643&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000125&infra_hash=078e98186ce5b9d0101ce57c1a0478fe12b98d64ff60175c6159edeb1706ea82)
* Apresentação realizada pela PLURAL durante Audiência Pública 7/2019 - Documento SEI n° [0225680](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=252439&id_procedimento_atual=139643&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000125&infra_hash=b2e6e42a3b75ab3c3fae8835af2b8d4ca1eed79b40bd1a2753ca603c34f78f55)

Joana Borges da Rosa

Secretária da Audiência Pública

Carlos Orlando Enrique da Silva

Presidente da Audiência Pública